

Acórdão nº 9.424/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 18.999.2014-30-TCE (C/ 02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas do Instituto de Terras do Estado do Acre - ITERACRE, exercício de 2013
RESPONSÁVEL: Senhor Glenilson Araújo Figueiredo
RELATOR: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria
REVISOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Instituto de Terras do Estado. Ausência da atualização do inventário analítico de bens imóveis. Demonstrativo dos contratos com informações incompletas acerca da vigência de acordos firmados. Execução de contrato e montantes pactuados, considerando os valores do exercício e acumulados. Ausência de empenhos relativos à execução de contratos. Irregularidade das contas. Aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade do senhor **Glenilson Araújo Figueiredo** – Diretor Presidente à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alínea ‘b’, em face da ausência da atualização do inventário analítico de bens imóveis (Anexo VI, item XI, da Resolução-TCE nº 062/2008); do demonstrativo dos contratos com informações incompletas acerca da vigência dos acordos firmados sob os números 025/2010 e 035/2010 – alínea ‘e’ do inciso XIII do Anexo VI da Resolução-TCE nº 062/2008 (fls. 16/17 do anexo 02); da execução do contrato nº 026/2010, bem como dos montantes pactuados, considerando os valores do exercício e acumulados (fl. 15 do anexo 02) e da ausência de empenhos relativos à execução dos contratos nºs 023/2012 e 031/2012 (fls. 15/16, do anexo 02); e **2) aplicar multa** ao Senhor **Glenilson Araújo Figueiredo** – Diretor-Presidente à época, prevista na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, incisos I e II, no montante de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em razão das ocorrências acima descritas, e, também, em especial, pela infração aos artigos 94 a 96, da Lei Federal nº 4.320/64. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 25 de fevereiro de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador do MPE/TCE/AC